

MARX, A CRÍTICA AO CAPITALISMO E O INÍCIO DA HISTÓRIA DA RAÇA HUMANA

*"Os filósofos têm interpretado o mundo, de várias maneiras;
a questão, entretanto, é transformá-lo" .¹*

*"A humanidade se propõe apenas os objetivos
que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos
sempre que esses objetivos só brotam quando existem,
ou, pelo menos, estão em gestação as condições
materiais para a sua realização"²*

Chamamos de sociologia marxista aquela que decorre dos enfoques elaborados por Karl Marx (1818 - 1883) e Friedrich Engels (1820 - 1895) sobre a sociedade industrial e capitalista moderna. Marx e Engels nunca se definiram como sociólogos, economistas ou filósofos. O que fizeram foi estudar com profundidade e em detalhe as origens, características e funcionamento da sociedade capitalista para, entendendo sua lógica, transformá-la. Não eram acadêmicos, eram militantes, panfletários, apaixonados pela prática. Apesar disso, ou justamente por causa disso, deixaram para todos aqueles estudiosos das sociedades que se lhes seguiram - sociólogos, economistas, filósofos, politicólogos, etc., um vastíssimo material, até agora apenas superficialmente contestado.

Com efeito, Marx tem sido criticado (mais exatamente os marxistas seus seguidores³, do que propriamente ele mesmo) por ter feito uma análise incompleta sobre a realidade: Weber criticou nele o que chamou de "monismo causal" (apontar uma

¹Marx, K. Teses sobre Feuerbach, XI Tese.

² Marx, K. Prefácio à Contribuição à Crítica à Economia Política

única causa como explicação para os fenômenos); outros o acusam de economicismo, isto é, de reduzir tudo ao econômico - o que é uma crítica de quem pouco o leu. Muitos o definem como ultrapassado (Marx ter-se-ia detido no capitalismo industrial e, portanto, seria de pouca ajuda para entendermos o capitalismo financeiro monopolista ou o mundo pós-industrial e pós-moderno contemporâneo); outros ainda cobram dele profecias não concretizadas (sobre o fim do capitalismo) ou planos e projetos sobre a sociedade comunista. (Há pouquíssimo em Marx sobre isso, pois, como dissemos acima, seu objetivo era entender o funcionamento do capitalismo para transformá-lo, e não o de desenhar utopias).

Eis alguns dos principais textos dos dois autores:

- A Questão Judaica, de Marx, em 1843;
- Os Manuscritos-Econômicos Filosóficos, de Marx, em 1844;
- As Condições de Vida da Classe Trabalhadora na Inglaterra, de Engels, em 1845;
- A Sagrada Família, de Marx e Engels, em 1845;
- Teses sobre Feuerbach, de Marx, em 1845;
- A Ideologia Alemã, de Marx e Engels, em 1846;
- A Miséria da Filosofia, de Marx, em 1847;
- Trabalho Assalariado e Capital, de Marx, em 1847;
- Manifesto Comunista, de Marx, em 1848;
- Dezoito Brumário de Luis Bonaparte, de Marx, em 1852;
- As Gründrisse (rascunhos de crítica à economia política), de Marx, em 1858.
- A Contribuição Crítica à Economia Política, de Marx, em 1859;

³ Alguns autores distinguem entre textos e idéias "marxistas" e "marxianas", sendo as últimas referentes aos seus

- Capital, de Marx, em 1867 (volume I);
- A Guerra Civil em França, de Marx, em 1871;
- A Crítica ao Programa de Gotha, de Marx, em 1875;
- Anti-Dühring, de Engels, em 1878;
- A Dialética da Natureza, de Engels, em 1880;
- A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, de Engels, em 1884;
publicação do volume II do Capital, de Marx, por Engels, em 1885;
- publicação do volume III do Capital, de Marx, por Engels, em 1894.

O Método dialético marxista

O método de análise marxista da realidade social é histórico, dialético e materialista: *histórico* porque estuda sociedades históricas e não modelos abstratos; *dialético* porque concebe a sociedade como algo dinâmico, em constante transformação, e formada por uma unidade de forças que se contradizem e se complementam a um só tempo⁴; *materialista* porque parte do estudo da produção econômica. Este método é usualmente referido como "a dialética materialista", "dialética histórica" ou a "concepção materialista da história". Assim escreveu Engels sobre a dialética, inspirado em Hegel (ver capítulo sobre a Sociedade Moderna e Pós-Moderna):

"...nada permanece o que era, nem como e onde era, tudo se move e se transforma...essa concepção é a dos filósofos gregos antigos e aparece claramente expressa pela primeira vez em Heráclito: tudo é e não é, pois tudo

seguidores, principalmente aos contemporâneos

⁴ São três as Leis da Dialética: lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; lei da interpenetração dos contrários e a lei da negação da negação (superação).

flui, tudo se acha sujeito a um processo de constante transformação, de incessante nascimento e caducidade...todo ser orgânico é, a qualquer instante, ele mesmo e outro, a todo instante assimila matérias absorvidas do exterior e elimina outras do seu interior; a todo instante morrem certas células e nascem outras em seu organismo... o mundo da natureza, da história e do espírito é como um processo, está em constante movimento, mudança, transformação (...)

Observando as coisas detidamente, verificamos que os dois polos de uma antítese, o positivo e o negativo, são tão inseparáveis quanto antitéticos um do outro e que, apesar de todo o seu antagonismo, se penetram reciprocamente."

(Engels, Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, texto extraído pelo próprio autor de sua obra O Anti-Dühring, de 1878.)

Partindo desta concepção dialética do constante devir e da unidade dialética dos opostos, dos contrários que se interpenetram, se complementam e se contradizem, Marx e Engels examinam o mundo social e suas transformações históricas, tomando por pressuposto que a produção é a base de toda a ordem social e de sua história. Até mesmo as idéias são vistas como resultantes desta base produtiva. Neste sentido, Marx e Engels usam a dialética hegeliana, mas invertida, tendo substituído o idealismo de Hegel pela concepção materialista. O estudo da história das sociedades como um processo dialético vem de Hegel, porém Marx e Engels o enriquecem com o enfoque da luta de classes como o motor dessa história e com a concepção materialista.

Por que materialista? 1- Por negar autonomia às idéias; 2- por ter como base a pesquisa histórica em lugar de reflexões filosóficas abstratas; 3- por dar ênfase ao mundo do trabalho produtivo e sua importância na história das sociedades.

"A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata. Quando nasce nos homens a consciência de que as instituições sociais vigentes são irracionais e injustas, de que a razão se converteu em insensatez e a benção em praga, isso não é mais do que um indício de que nos métodos de produção e nas formas de distribuição produziram-se silenciosamente transformações com as quais já não concorda a ordem social, talhada segundo o padrão de condições econômicas anteriores." (Engels, Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico)

O enfoque através do qual o marxismo estuda a sociedade, por ser dialético, é essencialmente histórico, sendo a essência explicativa desta história a luta de classes:

"Até aqui a história de todas as sociedades existentes é a história das lutas de classes. Homens livres e escravos, patrícios e plebeus, senhores e servos, mestre e aprendiz, numa palavra, opressores e oprimidos estiveram em

constante oposição um em relação ao outro, numa luta surda ou aberta, uma luta que tem terminado ou numa reconstrução revolucionária da sociedade ou na ruína comum das classes contendoras. (Marx, O Manifesto Comunista, texto de 1848)

As lutas de classes, porém, não são apenas as lutas econômicas no seu sentido estrito, mas também todas as lutas políticas:

(...) "resulta que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto etc., não são mais do que as formas ilusórias em que são travadas as lutas reais das diferentes classes entre si". (A Ideologia Alemã, Capítulo II, item 4: A Divisão Social do Trabalho e as Suas Conseqüências)

Produção e Modos de Produção

Para sobreviverem, os homens entram em relação com a natureza, transformando-a, e em relação uns com os outros. Assim, ao mesmo tempo em que produzem a sua sobrevivência, produzem também a sociedade. Encontramos esta concepção materialista no célebre texto de Marx de 1859, sempre citado nas antologias, contido no Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política⁵:

"Na produção social de sua existência, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que

⁵Traduzido também como "Introdução Geral à Crítica da Economia Política".

correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material determina o processo da vida social, política e espiritual, em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser e sim o contrário, o ser social é que determina sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro da qual se desenvolveram. De formas de desenvolvimento dessas forças produtivas, essas relações se convertem em seu entrave. Abre-se assim uma época de revolução social."

Assim, o marxismo identifica a sociedade ao conceito de modo de produção. Um modo de produção (MP) é uma unidade dialética, composta por polos que se opõem e se complementam, a saber, as forças produtivas - FP - (os trabalhadores, os meios de produção: matérias-primas, maquinária e ferramentas, as ciências, a tecnologia etc) e as relações de produção - RP - (as regras jurídicas sobre a propriedade, as instituições políticas, a cultura, as ideologias, etc.):

SOCIEDADE ou MP = FP x RP

Para o marxismo, modo de produção não significa apenas a forma de produção, as técnicas, os procedimentos, como poderia parecer. Devemos entendê-lo como um conceito muito mais abrangente, que se refere à sociedade:

"Este modo de produção não deve ser considerado no mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma determinada forma da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos. Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são." (A Ideologia Alemã, Capítulo I, item 2 - Premissas da Concepção Materialista da História).

Sendo um sinônimo de sociedade, os modos de produção são diferentes e históricos, tais como os diversos tipos de sociedades humanas já existentes:

"A grandes traços, podemos designar como outras tantas épocas de progresso, na formação econômica da sociedade, o modo de produção asiático, o antigo, o feudal e o moderno burguês." (Marx, Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política).

"As relações sociais dentro das quais os indivíduos produzem, as relações sociais de produção, mudam, são transformadas a partir do desenvolvimento das forças produtivas, dos meios materiais de produção. As relações de produção na sua totalidade constituem o que chamamos de relações sociais, sociedade, especificamente uma sociedade em um estágio definido do desenvolvimento

histórico, com um caráter peculiar, distintivo. Sociedade Antiga, Sociedade Feudal, Sociedade Burguesa são tais totalidades das relações de produção e cada uma das quais denota um estágio especial do desenvolvimento na história da humanidade." (Marx, Trabalho Assalariado e Capital.)

O marxismo evitava entender a sociedade como uma abstração; vejamos como esta questão está desenvolvida nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, de 1844:

"O que deve ser evitado acima de tudo é restabelecer a "Sociedade" como uma abstração diante do indivíduo. O indivíduo é o ser social. Sua vida, mesmo que não apareça na forma direta de uma vida comunal, vivida conjuntamente com outros, é uma expressão da vida social. (...) Assim como a sociedade produz o homem enquanto homem, é produzida por ele." (Marx, Manuscritos Econômico-Filosóficos)

A mesma noção da estrutura produtiva como sendo o grande fator explicativo das sociedades e dos seus aspectos políticos, culturais, ideológicos e religiosos, os quais seriam decorrência e expressão da base econômica, já estava presente em A Ideologia Alemã, obra escrita pelos jovens Marx e Engels entre 1845/1846:

"O fato é, portanto, este: o de determinados indivíduos, que trabalham produtivamente de determinado modo, entrarem em determinadas relações sociais e políticas. A observação empírica tem de mostrar, em qualquer um dos casos, (...) a conexão da estrutura social e política com a produção. A estrutura

social e o Estado decorrem constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas destes indivíduos não como eles poderão parecer na sua própria representação ou na de outros, mas como eles são realmente, ou seja, como agem, como produzem materialmente, como trabalham, portanto, em determinados limites, premissas e condições materiais que não dependem da sua vontade.

A produção das idéias, representações, da consciência, está a princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real (...) O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc. de um povo (...)

A moral, a religião, a metafísica e a restante ideologia, e as formas de consciência que lhes correspondem não conservam assim por mais tempo a aparência de autonomia. Não tem história, não tem desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem esta realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência". (Marx e Engels, A Ideologia Alemã, Capítulo I, item 4, sobre A Essência da Concepção Materialista da História.

Idéias e Ideologia

O fato de entender a vida como determinante e as idéias como determinadas fez com que Marx e Engels fossem por vezes erroneamente interpretados como deterministas, isto é, como defensores da idéia de que a sociedade determina,

constrange e limita o indivíduo, tal como pensava Durkheim (Ver capítulo sobre Durkheim). Ao contrário, os autores viam a história como sendo feita pelos homens, pela agência humana, embora em condições limitantes:

"Os homens fazem sua própria história, mas não arbitrariamente, nas condições estabelecidas por eles e sim nas condições dadas e herdadas do passado" (Marx, em O 18 Brumário)

"Nós mesmos fazemos nossa história, mas de acordo com premissas e condições muito concretas". (Engels, Obras Escolhidas, RJ, Ed. Vitória, vol 3 p. 284-285)

Como vimos na transcrição de trechos da Ideologia Alemã, estão aí lançadas as bases da crítica ao idealismo cristão hegeliano e seu primado das idéias, da Idéia Absoluta, sobre o mundo real. Esse é um dos pontos sobre os quais irão incidir as críticas a Marx e Engels, acusados de economicismo - de reduzir tudo ao econômico - e de tentar analisar sociedades não-capitalistas, nas quais o fator econômico não seria predominante, usando um ferramental teórico adequado apenas ao estudo da sociedade moderna, capitalista e industrial.

A essa crítica, o próprio Engels já dava resposta, em carta a Bloch, em 1890:

"Segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e reprodução da vida real, {mas} se alguém a modifica, afirmando que é o único fator determinante, converte aquela frase numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levantam sobre ela (as formas

políticas de luta de classes...as formas jurídicas, as teorias) também exercem sua influência."

O embate social na esfera das idéias - as lutas ideológicas, culturais, religiosas - é visto por Marx e Engels como algo que não deixa muita margem a vitórias pelas classes exploradas, pois quem domina economicamente, também domina corações e mentes. Por isso, não vemos a realidade social tal como a vivenciamos, mas a definimos e sobre ela refletimos com a cabeça daqueles que nos dominam. Daí a necessidade de um conhecimento revolucionário, de uma práxis que não se contente com a aparência e desvende a essência dos fenômenos. Apesar de Marx e Engels terem atuado neste plano superestrutural, das idéias, escrevendo, panfletando, participando da organização da classe operária, é com certo pessimismo que enxergam o domínio generalizado das classes superiores nesta esfera:

"As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe, assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as idéias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As idéias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias. (...) Os indivíduos que constituem a classe dominante, (...) na medida , portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão e, portanto, dentre outras coisas, dominam também como pensadores, como

produtores de idéias, regulam a produção e a distribuição de idéias do seu tempo; que, portanto, as suas idéias são as idéias dominantes da época." (A Ideologia Alemã, Capítulo III, ítem 1 - A Classe Dominante a Consciência Dominante)

Passar-se-iam algumas décadas até que Gramsci (1891-1937), um italiano seguidor de Marx, viesse a ver a temática da hegemonia cultural e ideológica e das lutas nesse campo por uma lente mais promissora.

A Alienação e o Fetichismo da Mercadoria

Se os economistas liberais saudaram o capitalismo como uma forma de produção que incrementava a produtividade e levava ao desenvolvimento, e que, sobretudo, tornava o trabalhador livre, libertando-o dos laços da escravidão e da servidão, o marxismo não apenas questionou a dinâmica e o resultado deste desenvolvimento, como foi mostrado através da análise das crises, mas apontou quão falsa seria essa liberdade e o mal-estar que provoca nos indivíduos, nos trabalhadores, embrutecendo-os e privando-os da sua essência humana, transformando-os em coisa. Marx vai desvendar, sob uma aparência de liberdade, os laços de exploração e de dominação que permanecem presentes na forma da mais-valia (parte do trabalho realizado e não-pago), no fenômeno da alienação e da mercadoria fetichizada. Se no mundo feudal o sobretrabalho, isto é, o trabalho realizado e não-pago, é evidente, salta aos olhos (a corvéia, o trabalho de graça nos campos do senhor, o tanto de sacos de grãos que era entregue ao senhor), no mundo capitalista o sobretrabalho continua a existir, mas assume uma forma oculta (a mais-valia, que vem a ser a diferença entre o

valor das mercadorias que o trabalhador produz em sua jornada e o valor do salário que recebe por esta jornada).

Mergulhado no modo de produção capitalista, o ser humano experimenta o fenômeno da alienação, perde sua essência humana, torna-se também mercadoria:

"(...) O trabalhador afunda ao nível de mercadoria, torna-se a mais destruída das mercadorias. (...) Torna-se mais pobre quanto mais riqueza produz. (...) Torna-se a mais barata das mercadorias quanto mais mercadoria cria. À medida em que aumenta o valor do mundo das coisas, ocorre em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. (...) O objeto produzido pelo trabalho [trabalhador] confronta-o como se fosse algo alienado, uma força independente do seu produtor. (...) O trabalhador põe sua vida no objeto; mas agora sua vida não mais pertence a ele e sim ao objeto. (...) A alienação do trabalhador em relação ao seu produto significa não apenas que seu trabalho se tornou um objeto, uma existência externa, mas que existe independentemente, como algo que lhe é alheio e que se torna uma força que o confronta; a vida que ele conferiu ao objeto o confronta como algo hostil e alheio. (...) Quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; quanto mais valores cria, mais desvalorizado se torna; quanto melhor a forma do seu produto, mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador (...) Se o trabalho produz para o rico coisas maravilhosas, para o trabalhador ele produz privação. O trabalho produz palácios, mas para o trabalhador, favelas. Produz belezas, mas para o trabalhador deformidades. Substitui o trabalho por máquinas, mas, enquanto atira uns trabalhadores de volta a formas bárbaras de trabalho, a outros transforma em máquinas. O trabalho produz inteligência, mas

para o trabalhador, idiotia, cretinismo. (Marx, Manuscritos Econômico-Filosóficos)

A alienação a qual Marx se refere tem vários aspectos: no primeiro, acima apontado, o trabalhador se relaciona com o objeto que resulta do seu trabalho como algo que lhe é alheio e que ele não mais alcança: a mercadoria que ele próprio produziu se coloca diante dele como um fetiche, como um objeto dotado de um valor, um poder misterioso, enquanto ele próprio se transformou em coisa, desvalorizado e indefeso. Um outro aspecto da alienação advém do próprio processo do trabalho, ao longo do qual o trabalhador vai sendo separado, alienado, dos seus meios de produção: enquanto na produção artesanal, o produtor detinha a posse e o controle sobre vários aspectos da sua atividade produtiva (1- ele mesmo controlava seu tempo, sua jornada e seu ritmo de produção; 2- estava também na posse do conhecimento das técnicas de produção; 3- detinha ainda as ferramentas e os meios de produção; 4- o resultado do seu esforço de trabalho também era seu e ele o realizaria indo ao mercado vender o seu produto e não a si próprio), na produção industrial capitalista ele se submete às jornadas cujos limites não pode definir, ao ritmo das máquinas das quais se tornou apêndice, passa a ser uma mão de obra progressivamente desqualificada, na medida em que o processo fabril realiza a separação entre as tarefas braçais e as tarefas intelectuais, referentes ao planejamento da produção. Ao final do processo, aquilo que fabricou não lhe pertence e muitas vezes o salário que recebe não lhe permite ir ao mercado comprar o próprio produto que fabricou.

É preciso enfatizar que a alienação sofrida pelo trabalhador e analisada por Marx é uma questão objetiva, não tem a ver com falta de consciência ou desinformação, no sentido usual hoje utilizado. Diz respeito, sim, a uma separação histórica, uma cisão,

através da qual, tendo sido separado dos meios de produção, dos controles sobre estes e consequentemente sobre si mesmo, o trabalhador se coisifica. Esta mesma temática da alienação vai aparecer no Capital, embutida no conceito de fetichismo da mercadoria:

"O caráter misterioso da forma mercadoria reside em que projeta diante dos homens o caráter social do trabalho destes como se fosse o caráter material dos próprios produtos do seu trabalho, um dom natural destes objetos, como se a relação social que existe entre os produtores e o trabalho coletivo da sociedade fosse uma relação social estabelecida entre os mesmos objetos, à margem dos seus produtores. (...) O que aparece aos olhos dos homens como sendo uma relação fantasmagórica de uma relação entre objetos materiais não é mais do que uma relação social estabelecida entre os mesmos homens. (...) As relações sociais que se estabelecem entre seus trabalhos aparecem (...) não como relações diretamente sociais das pessoas em seus trabalhos, mas como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas."(Marx, O Capital, Capítulo A Mercadoria, Volume I, Capítulo I)

A Anarquia da Produção e as crises capitalistas

Na sociedade moderna, burguesa, a contradição dialética se apresenta no antagonismo de duas classes - a burguesia e o proletariado: de um lado os donos dos meios de produção e do outro os que mais nada tem a vender no mercado senão a sua própria força de trabalho. Este antagonismo também está expresso na contradição entre

a produção social, sempre coletiva (a organização da produção dentro de cada fábrica, de cada empresa, e mesmo entre empresas) e a sua apropriação capitalista, particular, individualizada. Dito de outra forma, os procedimentos, o processo do trabalho é coletivo, a produção das riquezas é socializada, é uma atividade coletiva, mas sua posse e usos não o são. Engels refere-se a esta contradição, definindo-a como a anarquia da produção no seio da sociedade. Tal anarquia tem uma força propulsora, que provoca enfrentamentos e transformações dialéticas e que redundam em crises periódicas que caracterizam o modo de produção capitalista. O resultado desta anarquia, a sua solução, é vista como se realizando através da classe proletária, a qual caberia um papel revolucionário. Assim descreveu Engels este processo:

"É a força propulsora da anarquia social da produção que converte a imensa maioria dos homens, cada vez mais marcadamente, em proletários e essas massas proletárias serão, por sua vez, as que, afinal, porão fim à anarquia da produção. É a força propulsora da anarquia social da produção que converte a capacidade infinita de aperfeiçoamento das máquinas num preceito imperativo, que obriga todo capitalista industrial a melhorar continuamente a sua maquinária, sob pena de perecer. Mas melhorar a maquinária equivale a tornar supérflua uma massa de trabalho humano. E, assim como a implantação e o aumento quantitativo da maquinária trouxeram consigo a substituição de milhões de operários manuais por um número reduzido de operários mecânicos, seu aperfeiçoamento determina a eliminação cada vez maior de operários das máquinas e, em última instância, a criação de uma massa de operários disponíveis que ultrapassa a média de ocupação do capital, de um verdadeiro exército industrial de reserva, (...) um exército de trabalhadores disponíveis para

as épocas em que a indústria trabalha a pleno vapor e que, logo nas crises que sobrevêm necessariamente depois desses períodos, é lançado às ruas, constituindo a todo momento uma grilheta amarrada aos pés da classe trabalhadora em sua luta pela existência contra o capital e um regulador para manter os salários no nível baixo correspondente às necessidades do capitalista. (...) desse modo, a economia nos meios de trabalho leva consigo, desde o primeiro momento, o mais impiedoso desperdício da força de trabalho e a espoliação das condições normais da função mesma do trabalho. (...) Isso dá origem a que a acumulação do capital corresponda a uma acumulação igual da miséria. (Engels, Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico).

Este processo da anarquia da produção, através do qual não apenas burguesia e proletariado se enfrentam, mas também no qual a classe burguesa e a classe proletária têm competições internas, dá origem a uma necessidade qualitativa e quantitativa de expansão econômica. Como, porém, a expansão dos mercados, segundo Engels, não pode desenvolver-se ao mesmo ritmo que o da produção, a colisão torna-se inevitável, periódica, e surgem as crises em um processo de círculo vicioso. Sua solução paliativa é a destruição da produção, o desperdício, a malversação. Temos, então, a descrição de um modo de produção que gera a abundância, a superprodução, mas que precisa destruí-la, transformar a abundância em penúria, em escassez, a fim de que o sistema social sobreviva tal como se organizou:

(...) "as forças produtivas e os produtos são malbaratados e destruídos em massa até que, por fim, os estoques de mercadorias acumuladas, mais ou menos depreciadas, encontrem saída e a produção e a troca se vão reanimando pouco a

pouco. Paulatinamente a marcha se acelera, a andadura converte-se em trote, o trote industrial em galope, em carreira desenfreada (...) para terminar na fossa de um crack. E assim sucessivamente. (...) Nas crises, estala em explosões violentas a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista. A circulação de mercadorias fica, por um momento, paralisada. O meio de circulação, o dinheiro, converte-se num obstáculo para a circulação; todas as leis da produção e da circulação das mercadorias viram pelo avesso". (Engels, Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico)

É a partir da suplantação do valor de uso de um produto pelo seu valor de troca que se define o objetivo da produção capitalista e, conseqüentemente, suas crises: segundo Marx, este objetivo da produção capitalista não é a posse de bens, não é o atendimento às necessidades, mas a apropriação do valor, do dinheiro, da riqueza abstrata. Já naquela época, o autor criticava os economistas, que insistiam em ver as crises como ocorrências meramente acidentais.

"Quão insípidos são os economistas: quando não são mais capazes de explicar o fenômeno da superprodução e das crises, contentam-se em dizer que estas formas contém a possibilidade de crises, que são acidentais e meramente uma questão aleatória." (Marx, Teorias da Mais-Valia)

O capitalismo soluciona suas crises destruindo sua produção:

(...)"Mencionemos as crises comerciais que, com seu periódico retorno, ameaçam cada vez mais a existência da própria sociedade burguesa. Nessas crises, não apenas uma grande parte dos produtos, mas também as forças

produtivas criadas, são periodicamente destruídas. Nessas crises surge uma epidemia que em outras épocas pareceria um absurdo, a epidemia da superprodução. A sociedade se encontra de repente em um estado de barbarismo momentâneo. (...) Indústria e comércio parecem destruídos e por que? Porque há civilização demais, demasiado meios de subsistência, demasiada indústria, demasiado comércio. As forças produtivas à disposição da sociedade não mais tendem a aumentar o desenvolvimento das condições da propriedade burguesa, tornaram-se por demais poderosas e, portanto, entraves. (...) As condições da sociedade burguesa são estreitas demais para conter a riqueza que criaram. E como a burguesia se recupera dessas crises? De um lado, forçando a destruição da massa das forças produtivas; do outro, conquistando novos mercados e pela mais completa exploração dos mercados antigos." (Marx, O Manifesto Comunista)

Em texto de 1861, as Teorias da Mais Valia, Marx volta ao tema, enfatizando que as crises são características do modo de produção capitalista, dentro do qual, de algo contingencial, se transformam em uma certeza, aparecendo como a manifestação de todas as contradições da economia burguesa:

"Quando os homens produzem para si próprios, não há crises, mas também não há produção capitalista.". (Marx, Teorias da Mais Valia).

O Capital

Também encontramos a aplicação do método dialético na forma como Marx apresenta a sua concepção do que vem a ser o capital, no texto da sua conferência

Trabalho Assalariado e Capital, de 1847. O capital, na medida em que consiste em matérias primas, ferramentas, maquinárias, etc., as quais são resultado do processo produtivo e representam a objetivação do trabalho e seu congelamento na forma final do produto, o capital é parcialmente trabalho acumulado, ou trabalho morto. Porém, este trabalho morto, essas matérias primas, ferramentas, etc., serão objeto de uma nova transformação, transformação que tem por agente o operário vivo, nas fábricas, que, usando sua energia vital, frações de seu tempo de vida, acrescenta valor a essas coisas, transformando-as em produtos para o mercado. Assim, o capital é uma soma de trabalho morto (acumulado) e trabalho vivo. É uma relação social, uma produção coletiva, coletiva não apenas porque junta trabalhadores vivos no espaço fabril, usando técnicas e procedimentos da divisão do trabalho - linhas de montagem, fracionamento de tarefas, etc. - mas porque estabelece relações entre trabalhadores através do tempo e do espaço, nesta dialética entre trabalho morto e trabalho vivo:

"O capital não consiste em trabalho acumulado servindo ao trabalho vivo como meios para uma nova produção. Consiste em trabalho vivo servindo ao trabalho acumulado como um meio de manter e multiplicar o valor de troca deste último. (...) Capital pressupõe salário; salário pressupõe capital. (...) Salário e capital são os dois lados da mesma relação. (...) No entanto, mesmo a situação mais favorável para a classe trabalhadora, o crescimento mais rápido do capital, apesar de poder melhorar as condições materiais de existência do trabalhador, não remove o antagonismo entre seus interesses e os interesses da burguesia, os interesses dos capitalistas. Lucro e salários permanecem numa proporção inversa. (Marx, Trabalho Assalariado e Capital)

Assim, o trabalho morto, acumulado pelo capitalista, e o trabalho vivo, a força de trabalho do operariado fabril, apropriado pelo capitalista na forma de trabalho não-pago (mais-valia) são o capital. Trabalho é capital e capital é trabalho. Trabalho e capital são pólos da unidade dialética que é a relação social capitalista, formada por opostos que se complementam e se confrontam - a burguesia, dona dos meios de produção, do trabalho acumulado, e o operariado, dono da sua força de trabalho, que vende ao capitalista na forma salário - ao realizarem a produção.

$$\mathbf{K} = \mathbf{C} \text{ (capital constante ou fixo)} + \mathbf{V} \text{ (capital variável)} + \mathbf{p} \text{ (mais-valia)}$$

sendo **C** os equipamentos, maquinária, matérias primas, edificações, etc. necessários ao processo produtivo, **V** a força de trabalho, a energia viva que o trabalhador coloca nas coisas que produz, agregando-lhes valor, e **p** a mais-valia, ou seja, o sobretrabalho (o esforço de trabalho de outrem, do qual alguém se apropria) o qual, existente às claras e facilmente perceptível nos modos de produção não-capitalistas, no capitalismo se oculta, segundo Marx, na forma salário.

Em resumo, o marxismo utiliza o método dialético-materialista de análise para fazer o exame crítico do surgimento e expansão da sociedade burguesa, vale dizer do capitalismo industrial. Uma vez analisadas as formas de funcionamento do modo de produção capitalista, vistas como destruidoras, originalmente revolucionárias em relação à transformação da sociedade feudal, mas promotoras da anarquia da produção, das crises e da alienação/coisificação do trabalhador, Marx e Engels examinam as

condições objetivas da superação deste modo de produção e esboçam traços da nova sociedade que o suplantaria.

A Transformação revolucionária

As Forças Produtivas, formadas pelos homens, suas máquinas, ferramentas, conhecimentos e técnicas, etc., crescem em ritmo mais veloz e de modo mais intenso que as Relações Sociais de Produção, as regras jurídicas, instituições, idéias, etc., que mudam muito lentamente, estando, pois, sempre em descompasso com as primeiras. As sociedades, portanto, estão sempre se transformando, em função das transformações destes pólos. Ocorre que chegaria um dado momento - que Marx identifica como sendo o momento inescapavelmente revolucionário - no qual as FP já se estenderam ao máximo permitido dentro de determinadas RP e só podem continuar a se expandir se implodirem as RP, que se tornaram uma camisa de força a tolhê-las. Os movimentos históricos que transformaram o feudalismo em capitalismo são explicados por esta dinâmica e, assim também se daria a transformação do capitalismo em socialismo. Um corolário desta equação está na concepção marxista de que nenhuma modificação revolucionária ocorrerá até que as forças produtivas já estejam amadurecidas e já tenham se desenvolvido ao máximo de seu potencial dentro de determinadas relações de produção:

"Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre

que esses objetivos só brotam quando existem, ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização". (Marx, Prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política")

Como e por que o modo de produção burguesa transformar-se-ia no modo de produção comunista, ou, na sua fase de transição, socialista? Como e por que seria possível essa tomada do poder?

Há diversos argumentos na dialética marxista que apontam para esta transformação também dialética do capitalismo em socialismo/comunismo:

- 1- a análise dialética dos modos de produção;
- 2- a questão da lei tendencial da queda dos lucros;
- 3 - a consciência e organização do proletariado, a classe tida como redentora, que quer e deve se destruir a si própria e ao sistema.

1 - Os Modos de Produção, como apontado acima, são uma unidade dialética, formada pelas Forças Produtivas (mão de obra e grau de desenvolvimento tecnológico) e pelas Relações de Produção (normas jurídicas de propriedade, instituições políticas, costumes culturais, idéias). Como as forças produtivas crescem em ritmo mais intenso que as alterações que ocorrem nas relações de produção, temos que haverá um momento de passagem de um modo de produção ao outro, do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista, deste ao modo de produção comunista, que estará marcado pela ruptura revolucionária, quando a transformação das forças produtivas necessariamente

implodem as relações de produção existentes. Pela dialética dos modos de produção, a burguesia surgiu numa sociedade na qual não havia espaço para ela, em um mundo feudal cuja organização legal-institucional não lhe previa a existência nem lhe reconhecia direitos. E a burguesia em expansão foi então revolucionária, implodiu o mundo feudal e construiu um mundo moderno com uma organização legal-institucional à sua imagem e semelhança. Todavia, ao criar o mundo moderno e a produção industrial, a burguesia criou o operariado, que, por sua vez, não encontra espaço no mundo capitalista burguês, cuja organização legal-institucional não lhe reconhece direitos, etc, etc. O estudo dialético prevê então um papel revolucionário para o proletariado, a quem cabe implodir a sociedade burguesa e libertar a si próprio e ao próprio burguês, criando em seu lugar a sociedade comunista. Neste sentido, as relações de contradição e de confronto entre os dois pólos do modo de produção - as forças produtivas e as relações de produção - se agudizam, até chegar ao ponto no qual as forças produtivas não podem mais crescer senão colocando por terra as relações de produção, isto é, a organização legal-institucional. Este seria o momento revolucionário:

"Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que cabem dentro dela e jamais aparecem novas e mais altas relações de produção antes que as condições materiais para sua existência tenham amadurecido no seio da própria sociedade antiga. Por isso a humanidade se propõe sempre e unicamente os objetivos que pode alcançar". (Marx, Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política)

O conceito de modo de produção também tem um tratamento dialético na medida em que ganha diferentes conotações para se referir a diferentes etapas históricas e tipos de sociedades que se transformam uns nos outros pelas leis da dialética: os modos de produção asiático, antigo, feudal e o moderno modo de produção burguês, ou capitalista. Este último, o modo de produção capitalista, é visto como uma transformação dialética do modo de produção feudal, no seio do qual a burguesia surge como uma nova força social antes inexistente, promove transformações intensas nas forças produtivas, revoluciona as relações sociais de produção e passa a dominar o novo modo de produção que engendrou:

"A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção e, conseqüentemente, as relações de produção e com elas todo o complexo de relações da sociedade. (...) A constante revolução da produção, os distúrbios ininterruptos de todas as condições sociais, agitação e incertezas permanentes distinguem a época burguesa de todas as anteriores. Todas as relações fixas, congeladas, com suas opiniões e preconceitos antigos e veneráveis se esboroam, todas as novas formas se tornam antiquadas antes mesmo de se ossificarem. Tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado". (...) (Marx, O Manifesto Comunista)

Da mesma forma que a burguesia revolucionou o feudalismo, implodindo-o, as relações burguesas de produção contidas no modo de produção capitalista também virão a ser dialeticamente destruídas pelas forças produtivas desenvolvidas no meio capitalista, isto é, o operariado, o proletariado. Até este ponto, toda a história da raça

humana é vista por Marx como sendo uma história de exploradores e de explorados. Aqui ou nos antípodas, agora ou há séculos, toda a história humana tem este denominador comum, a exploração. Marx a define como a pré-história. Contudo, com a destruição do capitalismo e de suas relações burguesas de produção, a última forma antagônica da produção social terá sido destruída e entraremos no alvorecer da história, encerrando este longo e triste período de pré-história:

"As relações burguesas de produção são a última forma antagônica, não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que provém das condições sociais de vida dos indivíduos. As forças produtivas, porém, que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução deste antagonismo. Com esta formação social se encerra, portanto, a pré-história da sociedade humana." Marx, Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política.)

2 - A segunda argumentação marxista que aponta para o fim do capitalismo diz respeito à lei tendencial da queda de lucros, exposta no Capítulo XIII do vol. III do Capital com uma argumentação de contornos matemáticos:

$$K \text{ (O Capital)} = C + V + p$$

- sendo **C** o capital constante (trabalho acumulado) e **V** o capital variável (trabalho vivo), Marx denominou a relação **C/V** de composição orgânica do capital, mostrando

que nesta relação **C** tende a crescer e **V** a diminuir, em função da produtividade da mão-de-obra e da tendência de transformar trabalho vivo em trabalho acumulado;

- sendo **p** a mais valia e **V** o capital variável, a relação **p/V** significa a relação entre o valor do trabalho excedente (não-pago) e o trabalho necessário (o trabalho que paga as necessidades de reprodução média mínimas do próprio trabalhador). Esta é a taxa ou quota de mais-valia.

Ocorre que a taxa de mais-valia vai se expressar em diferentes taxas de lucro, em decorrência do volume diferenciado de capital constante e do total do capital. Assim, a taxa de lucro se expressa pela relação **p/ K** ou **p/ C+V**. Esta relação é analisada por Marx como tendendo a decrescer, em oposição à composição orgânica, que tende a crescer. Por que?

Marx analisa que há um incremento gradual, um aumento de volume do valor do capital constante em relação ao variável, em função do emprego crescente de maquinária , o que traz um decréscimo relativo do capital variável e um barateamento progressivo dos produtos. Assim, há, segundo ele, uma tendência real da produção capitalista, que é a concentração do trabalho acumulado (aumento do capital fixo e da composição orgânica do capital), uma abundância e barateamento de mercadorias, o que, acompanhado pelo decréscimo da mão de obra ocupada, provocaria uma superprodução de mercadorias que não encontram comprador, face ao número decrescente da população empregada. Disso tudo resultaria uma tendência de queda da taxa de lucros. No entanto, isto não ocorre, pelo menos não na forma rápida e intensa

que seria de se esperar. Marx enumera diversos fatores que exercem uma função de minimizadores desta tendência real de queda do lucro: 1) o aumento do grau de exploração do trabalho, através do prolongamento das jornadas, da aceleração dos ritmos, da utilização da mão de obra feminina e infantil; 2) a redução dos salários a valores abaixo do valor mínimo de reprodução da força de trabalho; 3) o barateamento dos elementos do capital constante, pela depreciação; 4) a superpopulação relativa, característica do modo de produção capitalista, que se constitui em uma população perenemente desempregada, um exército industrial de reserva a amortecer a capacidade de luta da força de trabalho empregada e que só encontraria lugar em novos ramos que surgissem, dedicados ao consumo de luxo; 5) o comércio exterior; 6) o aumento do capital por ações.

3 - A terceira argumentação dialética que aponta para a tendência da transformação revolucionária do capitalismo em comunismo diz respeito às relações entre as duas classes fundamentais do modo de produção capitalista: a burguesia e o proletariado. A burguesia e o operariado formam uma unidade dialética, a sociedade capitalista, com o seu modo de produção capitalista, acima examinado. A burguesia é descrita por Marx como sendo o pólo positivo desta unidade de contrários, uma vez que a burguesia, que já foi revolucionária, tornou-se conservadora tão logo vitoriosa: ela quer manter as coisas como estão. O proletariado quer, porém, deixar de ser proletariado, ele é a negação dialética da burguesia, pois, para deixar de ser proletariado, tem que fazer com que o sistema deixe de ser capitalista e o burguês deixe de ser burguês:

"Dever-se-á se formar uma classe... que é a dissolução de todas as classes, uma esfera da sociedade que tem um caráter universal porque seu sofrimento é universal e que não reivindica rearranjos particulares uma vez que o mal que lhe foi feito não é um mal particular e sim geral... uma esfera que não pode se emancipar senão emancipando todas as outras esferas e que só pode se redimir com a redenção total da humanidade. Esta dissolução da sociedade, como uma classe particular, é o proletariado... O que constitui o proletariado não é a pobreza "naturalmente" existente, mas a pobreza artificialmente produzida... é a massa resultante da desintegração da sociedade... Quando o proletariado anuncia a dissolução da ordem social existente, ele declara o segredo da sua existência, que é a efetiva dissolução desta ordem.." (Marx, em Contribuição à Crítica à Filosofia do Direito de Hegel)

"A classe possuidora e o proletariado representam uma e a mesma auto-alienação humana. Mas o primeiro está satisfeito e afirma sua auto-alienação, experimenta sua alienação como um signo do seu poder. O último, porém, sente-se destruído nesta alienação...o proletariado representa a completa abstração de tudo que é humano... as condições de vida da sociedade contemporânea atingiram seu climax de desumanidade nas condições de vida do proletariado...o proletariado perdeu a si próprio, mas ao mesmo tempo adquiriu consciência teórica dessa perda e foi forçado à indignação através de uma necessidade inexorável e imperial de liberar a si próprio destruindo suas condições de vida e destruindo as condições desumanas da sociedade contemporânea...Uma grande parte do proletariado inglês e francês já está consciente desta sua tarefa histórica

e está continuamente trabalhando para trazer esta consciência à completa claridade." (Marx e Engels, A Sagrada Família)

Por isto, embora as lutas operárias pela redução da jornada, pelo aumento salarial, pelo emprego possam levar à queda dos lucros, esta luta não se reduz aos seus aspectos de reivindicações trabalhistas, de diminuição das jornadas, aumento salarial ou pressão pela criação de empregos (Marx observou que um escravo bem nutrido e vestido não deixava de ser escravo), e sim assumir o aspecto de uma luta questionadora e libertária.

A Sociedade comunista

Muitos supõem que o marxismo seja um sistema de idéias sobre o comunismo, fazendo sua apologia e descrevendo-o enquanto um projeto. Isso é pouco verdadeiro, na verdade é preciso garimpar em meio aos textos, que contém sobretudo um exame crítico da sociedade concreta capitalista-industrial, para encontrar alusões a uma hipotética sociedade comunista.

As menções ao comunismo vêm acompanhadas pelas críticas à propriedade privada dos meios de produção e estão também embutidas dentro do exame crítico dos programas partidários socialistas. Assim, o comunismo é definido nos Manuscritos Econômico-Filosóficos como sendo a transcendência positiva da propriedade privada, um retorno do homem a si mesmo enquanto um ser social, o fim da alienação. Nesse sentido, o comunismo é definido por Marx como um humanismo:

"Este comunismo, enquanto um naturalismo completamente desenvolvido, se iguala ao humanismo e, enquanto humanismo completamente

desenvolvido, se iguala ao naturalismo; é a solução genuína para o conflito entre homem e natureza e entre homem e homem. (...) O comunismo é o enigma da história resolvido. (Marx, Manuscritos Econômico-Filosóficos)

Marx ali se refere criticamente a um "comunismo cru", um "comunismo imaturo" que anularia a propriedade privada e buscaria provas para si próprio tomando como exemplo sociedades primitivas, comunais. A crítica a esta concepção imatura vai se tornar nítida no Manifesto Comunista, quando Marx deixa claro que o traço característico do comunismo não é a abolição pura e simples da propriedade privada, mas sim a abolição da propriedade burguesa sobre os meios de produção:

"O objetivo imediato do comunismo é o mesmo de todos os outros partidos proletários: a formação do proletariado enquanto classe, a superação da supremacia burguesa, a conquista do poder político pelo proletariado (...) A abolição das relações de propriedade existentes não é de nenhuma maneira um traço distintivo do comunismo. Todas as relações de propriedade no passado foram objeto de mudanças históricas. (...) A Revolução Francesa, por exemplo, aboliu a propriedade feudal em favor da propriedade burguesa. O fator distintivo do comunismo não é a abolição da propriedade genericamente, mas a abolição da propriedade burguesa. (...) Nós, comunistas, somos censurados e apontados por querer abolir a propriedade pessoalmente adquirida, fruto do trabalho do indivíduo, propriedade que se declara ser a base de toda a liberdade, de toda atividade, de toda independência individual. A propriedade individual, fruto do trabalho e do mérito! (...) Não precisamos aboli-la, porque o progresso da

indústria já a aboliu e continua a aboli-la diariamente. (...) O trabalho do proletário, o trabalho assalariado cria propriedade para o proletário? De nenhum modo, cria o capital. (...) Não queremos de nenhum modo abolir essa apropriação pessoal dos produtos do trabalho, indispensável à manutenção e à reprodução da vida humana, pois essa apropriação não deixa nenhum lucro líquido que confira poder sobre o trabalho alheio. O que queremos é suprimir o caráter miserável desta apropriação, que faz com que o operário só viva para aumentar o capital e só viva na medida em que o exigem os interesses da classe dominante. Na sociedade burguesa, o trabalho vivo é sempre um meio de aumentar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista, o trabalho acumulado é sempre um meio de ampliar, enriquecer e melhorar cada vez mais a existência dos trabalhadores. (...) Horrorizai-vos porque queremos abolir a propriedade privada. Mas em vossa sociedade a propriedade privada está abolida para nove décimos de seus membros. E é precisamente porque não existe para estes nove décimos que ela existe para vós. Acusai-nos, portanto, de querer abolir uma forma de propriedade que só pode existir com a condição de privar de toda propriedade a imensa maioria da sociedade. (...) O comunismo não tira a ninguém o poder de apropriar-se de sua parte dos produtos sociais, apenas suprime o poder de escravizar o trabalho de outrem por meio dessa apropriação. (Marx, O Manifesto Comunista)

As medidas para a concretização da sociedade comunista seriam 10, e seriam realizadas despoticamente pelo proletariado transformado em classe dominante; estão contidas no Manifesto:

- 1- expropriação da propriedade latifundiária e emprego da renda da terra em proveito do Estado;
- 2- imposto fortemente progressivo;
- 3 - abolição do direito de herança;
- 4- confisco da propriedade de emigrados e revoltosos;
- 5- centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com o monopólio exclusivo;
- 6- centralização, nas mãos do Estado, de todos os meios de transporte;
- 7- multiplicação das fábricas e dos instrumentos de produção pertencentes ao Estado, arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras cultivadas, segundo um plano geral;
- 8- trabalho obrigatório para todos, organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura;
- 9- combinação do trabalho agrícola e industrial, medidas tendentes a fazer desaparecer gradualmente a distinção entre a cidade e o campo;
- 10- educação pública e gratuita de todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado. Combinação da educação com a produção material etc.

A referência a uma futura sociedade comunista e como construí-la aparece brevemente na Crítica ao Programa de Gotha, de 1875, onde Marx analisa criticamente a proposta de programa para o partido social-democrata germânico. Ponderando sobre o conceito de direitos iguais, Marx diz que, dadas as desigualdades entre os trabalhadores,

se for adotado o princípio de distribuição igualitária de um fundo social de consumo, haverá injustiça, de forma que, para evitá-la, a primeira fase do comunismo terá de ser desigual para ser justa. Apenas na fase mais desenvolvida é que se poderia seguir o lema: de cada qual segundo sua habilidade, a cada qual segundo sua necessidade:

"Numa fase mais alta do comunismo, após terem desaparecido a subordinação do indivíduo à divisão do trabalho e a separação entre trabalho intelectual e físico (...) depois das forças produtivas terem crescido com o desenvolvimento generalizado do indivíduo e toda a riqueza cooperativa tenha fluído mais abundantemente, só então o horizonte estreito do direito burguês poderá ser cruzado completamente e a sociedade poderá inscrever em sua bandeira: de cada qual segundo sua habilidade, a cada qual segundo sua necessidade!" (Marx, Crítica ao programa de Gotha)

Enquanto tal fase não chegasse, o período de transição entre a sociedade burguesa e a sociedade capitalista seria um período revolucionário no qual o Estado desempenharia o papel de "ditadura revolucionária do proletariado":

"Entre a sociedade capitalista e comunista existe um período de transformação revolucionária de uma na outra. Corresponde a isso um período de transição política no qual o Estado nada mais pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado." (Marx, Crítica ao Programa de Gotha)

Há um trecho exemplar em Marx, no qual a menção ao comunismo assume traços sonhadores, utópicos, ao descrever uma sociedade na qual os homens nem sejam categorizados pelos seus papéis diferenciados nas funções produtivas, nem estejam definitivamente presos a uma delas:

(...) "na sociedade comunista, na qual cada homem não tem um círculo exclusivo de atividade, mas se pode adestrar em todos os ramos que preferir, a sociedade regula a produção geral e, precisamente desse modo, torna possível que eu faça hoje uma coisa e amanhã outra, que cace de manhã, pesque de tarde, crie gado à tardinha, critique depois da ceia, tal como me aprouver, sem ter de me tornar caçador, pescador, pastor ou crítico." (Marx & Engels, A Ideologia Alemã, Capítulo II, ítem 4 - A Divisão Social do Trabalho)

Em resumo, Marx nos apresenta o modo de produção capitalista como sendo um conjunto de paradoxos, ou um movimento dialético dos contrários: gera uma formidável força produtiva e destrói sua produção; expande e intensifica o pauperismo, na medida em que acumula e concentra o capital; cria um trabalhador livre, cuja forma de assalariamento traz oculta uma exploração; cria mercadorias valiosas enquanto desvaloriza e destrói o ser humano que as produziu, etc. etc.

Será o marxismo ultrapassado? Para os seus críticos, nem o proletariado europeu nem o americano cumpriram a tarefa histórica revolucionária que Marx lhes reservara, tendo preferido viver bem apascentados com seus altos salários e padrão de consumo; assim, a teoria marxista da miséria crescente não se realizou. Os padrões, estilos e expectativas de vida também melhoraram muito, em função da produtividade capitalista e da competitividade que, através da disputa por mercado, dissemina e democratiza

novas tecnologias confortáveis. Tampouco as crises se agudizaram, uma vez que a organização estatal chamou a si a incumbência de amortecê-las e controlá-las. Por outro lado, os marxistas argumentam que o pauperismo se transferiu para o dito terceiro mundo através do expansionismo imperialista, e se espraia hoje mesmo no dito primeiro mundo por conta do desemprego estrutural trazido pela fase de globalização econômica. Bilhões de pessoas no mundo não têm acesso às amenidades, benesses e confortos produzidos pela concorrência capitalista. A função estatal de amortecedor das crises se enfraquece, na medida em que os Estados Nacionais não têm instrumentos para controlar fenômenos transnacionais. Para os marxistas, se olharmos em escala mundial, toda a análise marxista ainda é altamente pertinente para entender a sociedade dos nossos dias. O fim inexorável seria apenas uma questão de tempo. O próprio esfacelamento do Estado de bem-estar caminha no sentido dessa aceleração da trajetória que nos impele para o caos. Uma questão se coloca: o pauperismo traduz-se ou não em consciência política, em consciência de classe, realizando a necessidade inexorável do proletariado de liberar a si próprio e à sociedade, como pensara Marx?

Simone Weil (1909-1943) respondeu que não. Foi Simone uma professora francesa que resolveu viver na pele a condição operária, empregando-se em fábricas e no campo. Segundo ela, o extremo cansaço cotidiano dos trabalhadores os embotaria, e as extensas jornadas, mais o tempo de deslocamento até o trabalho, não os deixaria disponíveis para tarefas e reuniões de conscientização e de organização de classe.

A despeito da severidade e da mordacidade da sua análise, Marx era um otimista que acreditava na vitória inevitável do proletariado sobre a burguesia e no alvorecer de um tempo que seria verdadeiramente o início da história, encerrando a era pré-histórica na qual todos temos vivido até agora, nestes milhares de anos caracterizados pela

divisão de todas as sociedades em exploradores e explorados, dominantes e dominados. Segundo Marx, ao reunir os operários na grande indústria, a burguesia substituiu o isolamento destes pela sua associação; assim, a burguesia teria produzido os seus próprios coveiros, tornando a sua própria queda e a consequente vitória do proletariado inevitáveis. (O Manifesto Comunista)

O marxismo não pretendeu ser, praticar, sociologia nem economia. *"Até aqui os filósofos têm interpretado o mundo, o que importa é transformá-lo"*, escreveram Marx e Engels na décima-primeira tese sobre Feuerbach. O que animava os autores era essa paixão transformadora, na qual a construção do conhecimento tinha um propósito prático: entender como funciona o mundo social a fim de fazê-lo funcionar diferentemente. No entanto, a despeito desta paixão, ou talvez por causa dela, Marx e Engels nos deixaram um estudo profundo, extenso e minucioso sobre a sociedade moderna, tornado necessariamente um dos pilares do estudo sociológico.